

## O REGRESSO DE D. SEBASTIÃO — NARRATIVA E MITO NA FICÇÃO PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Quando em 1977 José Cardoso Pires publicava *E Agora, José?*, interrogando-se sobre o seu papel de escritor e de cidadão num novo Portugal saído da chamada Revolução dos Cravos, esse título e essa interrogação não perpassavam conscientemente, ou não, pelo espírito de todos os *josés* e *marias* portugueses?

Não é impunemente que uma velha nação secular, senhora do último dos impérios coloniais, quer essa posse fosse vivida numa delirante atitude eufórica ou com uma dramática má consciência, se vê subitamente reduzida à sua dimensão europeia. Cinco séculos de império, quarenta anos de mística imperialista em plena era de descolonizações, quinze anos de guerra colonial e no fim de tudo um rectângulo a ocidente da Europa, na cauda do desenvolvimento económico e social, não podia deixar de gerar perplexidades, interrogações, medos... Quem somos nós? Que destino é o nosso, agora que já não há mais mundos aonde levar europas, agora que o mar deixou de ser ultra-mar, agora que nós somos apenas nós? *E Agora, José?*

Quando estas interrogações iam sendo dramaticamente formuladas e a consciência da perda ia sendo assumida, uma outra realidade começa pouco a pouco a delinear-se com a integração no projecto europeísta da Comunidade. Perplexidades novas ou acrescidas se definem: De país multirracial e multicontinental, de povo em diáspora, eis-nos tornados, ou retornados, Europa; de centro de um império, foco irradiador de civilização, mesmo que a civilização quase já só tivesse a face de uma administração repressiva e de uma guerra sem perspectiva de fim, eis-nos periferia, parentes pobres e distantes de uma Europa rica, com tendência a irradiar tudo o que não seja ela própria, cujos centros de decisão sentimos

escaparem-nos e que de nós pouco sabe. Somos um país na cauda das estatísticas? Ou só uma vasta praia e um idílico jardim, perfeito remate despoluído de uma Europa pós-industrializada? Ou somos o país de um excêntrico poeta que se desmutiplica em vários? Ou um povo de velhos argonautas que paradoxalmente espera que um jovem rei atravesse séculos de bruma para cumprir a promessa de um outro poeta visionário — ser a *Maravilha fatal da nossa idade*?

Neste fim de século chegam até nós, vindos de um outro fim de século, ecos cujo sentido se renova, apesar de todas as distâncias: desenterram-se velhas obsessões de decadência nacional, repõem-se seculares querelas quanto ao nosso destino colectivo, revisitam-se mitos pátrios. O grito paroxístico de Junqueiro em *Finis Patriae* torna-se a ouvir e a adquirir renovados sentidos.

É o fim da pátria? Talvez a questão colocada assim ganhe excessivas conotações dramáticas e recupere em demasia o visionarismo romântico do aflito Junqueiro. Mas que a conjugação do clima finissecular com o circunstancialismo do nosso percurso nacional concorre, ao nível do imaginário nacional, em geral, e do imaginário cultural e literário, em particular, para um questionamento da pátria, prova-o a multiplicação de officiosos rituais rememorativos das glórias de antanho (os centenários de Camões, das descobertas, do Infante D. Henrique), de ensaios sobre a identidade nacional, de novas histórias de Portugal, de textos ficcionais de autognose nacional.

\*  
\*   \*  
\*

Em muito do ensaísmo actual de autognose da pátria domina um discurso nacionalista e mítico, defendendo identidades ônticas e transtemporais e destinos de razão teleológica e transcendente. Quer se assuma como mais conservador ou mais progressista, mais iberista ou mais europeísta, mais atlantista ou mais localista, é um discurso ficcional, que inventa Portugal, sobre o passado ou sobre o futuro. Trata-se de um discurso que em última análise corre o risco de encerrar-se na tautologia — Portugal é Portugal, rejeitando os discursos de pendor sociologizante, que tendem a olhar o país em permanente processo de transformação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa — “Onze Teses por ocasião de mais uma Descoberta de Portugal”, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

Continua-se a inventar Portugal, a ficcionalizar a pátria, revisitando o passado ou inventando futuros, por vezes inventando o passado, lembrando o futuro, esquecendo o presente e sobretudo os portugueses. Repare-se como uma certa nova direita, representada por exemplo nos livros de um Miguel Esteves Cardoso, se compraz evidenciando frequentemente como os portugueses são horrorosos, mas Portugal é Portugal e a pátria não se discute.

Boa parte do vastíssimo *corpus* ficcional dos últimos 20 anos centrado na autognose nacional, procura inventar um Portugal presente, à procura de novos rumos, de outros destinos que todavia integrem o passado mítico, em narrativas de esperança e desesperança, de luz e sombra, feitas de certezas e de incertezas. São narrativas de destino, em que se reclama um ser da pátria e se afirma uma essência pátria e que, de um modo geral, convivem problemáticamente com o *estar* da pátria.

Basta lembrar, ao sabor da memória e sem nenhuma preocupação de um qualquer ordenamento, livros que ao longo deste período foram vindo a lume como *As Fúrias* de Agustina Bessa-Luís, *Lusitânia*, de Almeida Faria, *As Naus*, de Lobo Antunes, *Portuguex*, de Armando Silva Carvalho, *O Naufrágio de Sepúlveda*, de Graça Moura, *A Nau de Quixibá*, de Pinheiro Torres, *A Jangada de Pedra*, de Saramago, *O Bosque Harmónico*, de Abelaira, *O Viúvo*, de Fernando Dacosta, *O Cais das Merendas*, de Lídia Jorge, *Bestiário Lusitano*, de Alberto Pimenta, *Partes de África*, de Helder Macedo. E a enumeração poderia continuar...

Uma tal vaga avassaladora permite o aviso jocoso que Luísa Costa Gomes entende fazer ao leitor no início de um romance seu de 1988, *O Pequeno Mundo*:

“Leitor! Este livro não fala do 25 de Abril. Não se refere ao 11 de Março e está-se nas tintas para o 25 de Novembro. Pior, não menciona em lugar nenhum a guerra em África. Não reflecte sobre a nossa identidade cultural como povo, o nosso futuro como nação, o nosso lugar na comunidade europeia.

“Suportará o leitor um livro assim?”

“Duvido. Foi à sombra do benefício dessa dúvida que o escrevi e agora o dou a publicar.”<sup>2</sup>

Ora, nesta ficcionalização da pátria, cabe, inevitavelmente, a revisão dos mitos históricos nacionais que cristalizam experiências, momentos,

---

<sup>2</sup> GOMES, Luísa Costa — *O Pequeno Mundo*, Lisboa, Quetzal Editores, 1988, p. 7.

acontecimentos fundadores do ser português<sup>3</sup>. Se aceitarmos com Pierre Brunel que a estrutura do mito é uma “alliance de l’affirmation d’une présence et de la continuité d’une absence”<sup>4</sup>, não teremos dificuldade em perceber as razões que tornam aquele tipo de narrativas permeáveis ao mito.

A história tem-nos mostrado que quando se pensa o destino português, quando se problematiza a sua vocação imperial, quando se discute o lugar de Portugal entre as nações e, sobretudo, quando tudo isto se manifesta em momentos de crise, um dos mitos fundadores do ser português vem à baila: o sebastianismo.

Ao longo dos tempos, o sebastianismo tornou-se um paradigma para a leitura da história de Portugal, capaz de incorporar as mais profundas expectativas do país e do povo em relação a si mesmos. Tem-se prestado a metamorfoses que lhe permitiram atravessar os séculos, sempre associado a uma ou outra forma de patriotismo, revelando-se uma das vias de actualização e estruturação da memória e do imaginário colectivos.

Não importa aqui apurar a origem do mito ou como se processou a mediação entre o sebastianismo histórico e o discurso mítico sebastianista. Esse trabalho já foi feito e ainda há pouco mereceu a longa atenção de Lucette Valensi, no livro *Fables de la Mémoire – La glorieuse bataille des trois rois*<sup>5</sup>.

Importa todavia não esquecer que o *Desejado* já o era antes de o ser, isto é, D. Sebastião é um rei desejado e de algum modo mítico, mesmo em vida, na medida em que o terreno político, social e religioso estava preparado para a emergência do sebastianismo histórico. Este faz do *Desejado* um *Encoberto*, tornando-o duplamente o *Desejado*. Daí à construção do mito será um passo<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Na lata e já clássica definição de Mircea ELIADE, “Le mythe raconte une histoire sacrée; il relate un événement qui a eu lieu dans le temps primordial, le temps fabuleux des commencements.” (*Aspects du Mythe*, Coll. Idées/NRF, Paris, Gallimard, p. 15).

<sup>4</sup> BRUNEL, Pierre — *Mythocritique. Théorie et parcours*, Paris, PUF, 1992, p. 63.

<sup>5</sup> VALENSI, Lucette — *Fables de la Mémoire. La glorieuse bataille des trois rois*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

<sup>6</sup> Para a consecução de um tal passo terá contribuído vivamente, na opinião de Joel Serrão, a convergência das seguintes condições no quadro “deprimido” do “antigo regime” de finais do século XVI: “influência difusa do messianismo dos cristãos-novos e religiosidade cristã das massas populares; o traumatismo nacional da anexação a

A efabulação em torno do regresso do rei desaparecido em Alcácer Quibir far-se-á ao longo dos séculos, em textos proféticos ou não, em volta de certos tópicos que constituem a ideologia sebastianista e que, ao exprimirem e sustentarem uma crença e uma espera, impediram o trabalho de luto que a derrota e o desaparecimento do rei deveriam ter provocado. Criou-se uma ficção que alimentou e se alimentou de uma atitude de resistência em relação à história real, ocultando a derrota, isto é, negando o passado ou transfigurando-o e projectando-se num futuro, isto é, ocultando o presente.

Não explicará isto o facto, já constatado, do mito sebástico ser revisitado em momentos de crise ou pelo menos de perplexidade nacionais? Nem as críticas pombalinas racionalistas ao sebastianismo, após o período áureo do messianismo joanista, atalharam um certo delírio sebástico nos inícios do século XIX, no quadro de crise aberto pelas invasões francesas e pelo regime liberal. Nem o facto de o romantismo ter prolongado aquela crítica e ter passado a tratar esteticamente os *topoi* do sebastianismo impediu que a complexa conjuntura finisse secular de tensão interna entre regime monárquico e republicano, acrescida pela precária situação de Portugal no quadro do expansionismo colonialista europeu, tivesse desencadeado um reinteresse pelo fenómeno sebastianista e reaberto uma profícua polémica sebástica.

Explicação também para a reflexão de Oliveira Martins sobre o tema, fundadora de um novo tipo de discurso de teor analítico, que se pretende desmistificador, a qual, paradoxalmente ou talvez não, vai ser responsável pelo recrudescimento do sebastianismo, quer em termos polémicos, quer em termos de estesia literária. Em síntese, o autor vê no fenómeno a manifestação de uma loucura colectiva, sinal de decadência de toda uma nação, que apostara numa renascença falhada e febrilmente espera o milagre,

---

Espanha; o triunfo esmagador da nobreza na dramática encruzilhada de 1580” e a adopção do messianismo restauracionista do V Império, no século XVII, por parte de membros da Companhia de Jesus. “Tudo isso conjugado com a circulação das *Trovas* de Bandarra e de outras profecias, levou à vivência religiosa do mito, nascido da esperança desesperada dos mais cônscios da agrura dos tempos que assim se iniciavam. (...) O sebastianismo foi, deste modo, uma das consequências populares portuguesas desse *desespero de viver* que Braudel pressentiu nas sociedades mediterrâneas ao findar o século XVI, quando se instituiu o ordenamento socioeconómico e político que nós outros designamos por *antigo regime*.” (*Idem*, pp. 29-30)

abdicando da história. “Portugal” — escreve ele — “renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho”<sup>7</sup>.

A leitura dramática de Oliveira Martins sobre o sebastianismo é ela própria mítica nos seus princípios, ao ver nele a alma da raça, o que terá contribuído para um reavivamento do mito.

Tudo isto evidenciará, enfim, que o sebastianismo não estava morto; se estivesse ter-se-ia certamente deixado de falar dele. Na viragem do século não se deixou. Recorrendo a linguagens muito diversas aí temos a confirmá-lo, entre outros, Junqueiro, Pascoais, Nobre, Pessoa, Júlio Dantas, Malheiro Dias, António Sérgio, Sampaio Bruno, Antero de Figueiredo.

\*

\* \*

E neste fim de século? Quando mais uma vez o destino da pátria se reequaciona eis que o fantasma de D. Sebastião aparece, às claras ou em contra-luz e o mito sebástico espreita. A nossa ficção mais recente relê-o, absorve-o intertextualmente, *reficcionaliza-o*<sup>8</sup>. De novo um pouco ao acaso refrirei *O Mosteiro* (1980), de Agustina Bessa-Luís, *O Viúvo* (1986), de Fernando Dacosta, *As Naus* (1988), de Lobo Antunes, *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre, *O Conquistador* (1990), de Almeida Faria e *Vida de Sebastião Rei de Portugal* (1993), de António Cândido Franco.

Fixarei a minha atenção em dois destes romances: o de Agustina Bessa-Luís, *O Mosteiro*, e o de Almeida Faria, *O Conquistador*. Mas previamente lembrarei que o mito é uma linguagem que pré-existe ao

---

<sup>7</sup> MARTINS, Oliveira — *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 16.<sup>a</sup> ed., 1972, p. 375.

“Acabavam ao mesmo tempo,” — diz Oliveira Martins — “com a pátria portuguesa, os dois homens — Camões, D. Sebastião — que nas agonias dela tinham encarnado em si, e numa quimera, o plano de ressurreição. Nesse túmulo que encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitáfios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema d’«Os Lusíadas». A pátria fugira da terra para a região da poesia e dos mitos.” (*Idem*, pp. 360-1).

<sup>8</sup> De resto, ao longo do séc. XX, D. Sebastião não deixou de visitar a literatura portuguesa, da poesia ao teatro, deste à ficção. Bastará lembrar nomes como os de Aquilino Ribeiro, Vitorino Nemésio, Miguel Torga, Couto Viana, José Régio, Natália Correia, Jorge de Sena.

texto; torna-se texto enquanto linguagem difusa no texto, entretecendo-o e estabelecendo com ele uma relação que implica analogia e repetição. Porém, a irradiação de um mito num texto, sendo repetição, acarreta flexibilidade, produzindo sempre acidentes particulares, fenómenos novos. Vejamos então.

*O Mosteiro* não se apresenta de imediato como uma obra sebástica. Aquilo com que o leitor inicialmente se confronta neste romance, de grande complexidade narrativa, publicado em 80, é uma das obsessões dilectas da autora: a captação dos meandros da decadência, desta vez de uma casa, de uma família, de um mosteiro, de um vale, da província onde este se situa e, ao sabor desta teia de centros cada vez menos concêntricos, da decadência de uma nação e de uma pátria — Portugal. Só quando já foram lidas quase 130 páginas, é que somos colocados perante a decisão de Belche, um dos homens da casa Teixeira, de começar a escrever um livro sobre D. Sebastião<sup>9</sup>, ele que entretanto se interessava também pela história do mosteiro instalado desde tempos medievos, no “encoberto” vale de S. Salvador, cujo florescimento, após uma época de retracção, beneficiara do “desastre histórico de 1578” e do fim da política expansionista<sup>10</sup>.

As motivações de Belche para se dedicar, nos finais dos anos 50, a uma obra sebástica parecem ser do foro psico-individual e familiar, em primeiro lugar, e do foro psico-social, depois: “o propósito básico” — do estudo de Belche sobre o *Desejado*, diz o narrador — “era medir a sua própria razão e a consciência das situações vitais que lhe pareciam comprometidas na casa, no lugar, na nação, à medida que a década de cinquenta se esgotava”<sup>11</sup>. A década seguinte, com a sua “tonalidade demen-

---

<sup>9</sup> BESSA-LUÍS, Agustina — *O Mosteiro*, Lisboa, Guimarães Editores, 1980, pp. 128-30.

Já antes, porém, havíamos sido informados da intenção de Belche de escrever uma história sebástica, tomando como modelo o seu primo José Bento (*Idem*, p. 72).

<sup>10</sup> “Essa data sinistra para o reino trouxe ao vale de S. Salvador a exortação propícia à sua prosperidade. Até aí as rendas do convento beneditino eram devoradas pelos seus padroeiros, homens de guerra que despojavam os mosteiros dos seus bens em troca dos serviços prestados à coroa. Mas, na alvorada do grande desastre de 1578, o vale repirou, liberto da expropriação dos usurpadores. (...) Aquilo que foi para a nação uma catástrofe tão vasta que a tomariam por inaceitável, para o mosteiro e as terras foi uma libertação.” (*Idem*, p. 32).

<sup>11</sup> *Idem*, p. 130.

cial” e com a instalação do “tipo ansioso e megalómano”<sup>12</sup> tornará mais premente aquela motivação. De resto, uma espécie de loucura se apossara de tudo, incluindo do mosteiro, que após décadas de ruínas é recuperado, por essa época, e usado como uma espécie de asilo de doidos. Assim, avança o narrador, também “Belche escrevia um livro simplesmente como exorcismo da sua agressividade. O sucesso era pois menos importante do que o fracasso”<sup>13</sup>.

E aqui parece-me poder estabelecer-se uma das muitas pontes que ligam Belche e o seu tempo a D. Sebastião e a sua aventura africana. O que estaria em causa na conhecida turbulência descontrolada de D. Sebastião, na energia física excessiva que caracterizava o jovem rei e o fazia cavalgar solitário sob intempéries ou banhar-se de noite nas águas gélidas do mar não seria, na opinião de Belche, “um esforço para obter um resultado, mas [para] liquidar uma identidade”<sup>14</sup>.

Tal como para Belche e, no fundo, para praticamente todos os homens da família Teixeira que abandonam a casa e a sua identidade profunda em favor da aventura votada ao insucesso, para o rei, o mais importante é exorcizar fantasmas individuais e familiares pelo fracasso, não pelo sucesso. Esse rei narcísico, que prefere impressionar a triunfar, de gosto pícaro, de aspecto viril e interior feminino, mal amado desde a infância, pretende tão só ser amado e ultrapassar o medo. Diz Belche: “Vive em defesa e não no risco, esse príncipe a quem a realidade exterior faz tremer; a quem o ofício de reinar desilude, a quem as responsabilidades da vida adulta deixam ofendido.”<sup>15</sup>, o que o leva a admitir que “em vez de guerra e glória faustosa e extravagante, talvez o jovem rei buscasse apagar-se na área temporo-espacial onde sua integração fosse mais do que um conflito histórico; fosse, em suma, o enfrentamento do homem com o seu medo.”<sup>16</sup>

---

<sup>12</sup> “Quando começou a década de sessenta já estava instalado o tipo ansioso e megalómano; a liberdade das pulsões sucedeu à fixação das convicções, e apareceu uma juventude predisposta a afirmações desprovidas de autocrítica. Uma juventude que vivia dentro de uma certa actividade delirante, imaginando-se acreditada num papel de vagabundo e de aventureiro, ora plácida, ora agressiva, mas que se conduzia como criança incapaz de aceitar a realidade exterior.” (*Ibidem*).

<sup>13</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 200.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 258.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 178.

Mas o interesse de Belche por D. Sebastião e o seu tempo, ultrapassa este domínio psicanalítico-social, se assim o podemos designar, de ordem predominantemente individual, que leva a que a sua obra sebástica tenha acabado num ensaio sobre o medo<sup>17</sup>, em que a História funciona como um refúgio ou um bode expiatório do presente individual. A História interessa-o a outro nível, interessa-o como ensaio sobre o presente. “Mais do que a História, Belche amava os seus sussurros e a maneira ousada de os interpretar”<sup>18</sup>, diz o narrador, isto é, a História enquanto “vasta tela do senso comum”<sup>19</sup>, “feita com a pena da classe média, de baixa inspiração e, para mais, grosseiramente moralizante”<sup>20</sup> desgosta-o — e desgosta obviamente Agustina Bessa-Luís —; o que lhe(s) interessa é a transitoriedade do passado em função do circunstancialismo do presente.

E cabe aqui um parêntese para lembrar que, fruto da ambiguidade do estatuto do narrador neste romance, as opiniões de Belche, autor do livro sebástico e narrador em primeira pessoa do último capítulo do romance, são propositada mas ambigualmente atribuíveis ao narrador em terceira pessoa da história dos primeiros quatro capítulos do livro, que é possível considerar a autora explícita. Esta colagem ambígua adensa-se ainda pelo facto de Belche, um homem, receber por três vezes uma designação feminina veiculada pelo pai — “— Aqui temos a Belche.”<sup>21</sup> —, como se de um modo subtil se fizesse a incorporação feminina da autora numa *persona* masculina.

Fechado o parêntese convém notar que a história sebástica de Beche e/ou de Agustina será fruto, nas suas palavras, da “aliança definitiva entre a obra desbastada na pedreira da realidade aceite, e a realidade encoberta”<sup>22</sup>, isto é, revela-se, como sempre acontece quando a autora pensa a História, como uma traição à História estabelecida, transgredindo-a pela arte e pelo presente, como já referi.

Esta atitude face à História permite, no fundo, revisitar o mito, subvertê-lo e simultaneamente aproximar dois momentos históricos distantes no tempo, próximos na essência: “Em Portugal de 1578 e em Portugal de

---

<sup>17</sup> *Idem*, p. 162.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 267.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 252.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 58 (duas vezes) e p. 286.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 137.

1974 tratava-se de admitir uma frustração histórica, de aprender uma desilusão. Era inelutável a perda, e controlar essa perda foi o ofício dum grupo encerrado numa contradição: a da ilusão e a da evidência.”<sup>23</sup>

Alcácer-Quibir foi “o último impulso agressivo mascarado de sinceridade patriótica e de interesse de Estado”<sup>24</sup> de D. Sebastião ou, dito de outra maneira, também por palavras de Agustina alheias ao romance em causa, “foi o último lance da tentação para alterar o mundo exterior, consumado, e sem saída possível.”<sup>25</sup>

Por isso a morte do *Desejado* foi tão traumática, embora a perda fosse inelutável, e sonhar o seu regresso foi/é uma forma de recuperar da morte a ilusão de todo um povo encerrado na referida contradição da ilusão e da evidência.

Assim, devidamente estilizado, o sebastianismo afigura-se um paradigma certamente intemporal para ler Portugal. O povo português é habitado pela contradição entre a ilusão e a evidência, entre o partir e o ficar, entre o Gama e o Velho do Restelo, entre o pícaro e o heróico: “Belche pensava que o sebastianismo era o sumário dessa contradição”<sup>26</sup>.

Belche acaba por desistir de terminar a sua história sebástica, porque importa mais o fracasso que o sucesso e, provavelmente, porque, como afirmava na primeira frase: “Não é fácil dizer como as coisas se passaram.”<sup>27</sup> Mas importa reter que o novo Portugal, representado nas filhas da sua prima Paulina, meninas já educadas na “nova aristocracia da aptidão”<sup>28</sup>, consequência do actual “cenário das ambições”, do “tabuleiro das aparências”<sup>29</sup> em que Portugal se transformou, faz sua aquela frase. As meninas, que descobrem o velho caderno numa gaveta e ao qual chamam com alguma “rebeldia velhaca”<sup>30</sup>, “*A Sebastianada*”, fazem daquelas palavras de Belche um estribilho seu com sucesso entre os colegas e “Ele

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 267.

<sup>25</sup> BESSA-LUIS, Agustina — *D. Sebastião, o Pícaro e o Heróico*, «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras», tomo XXII, Lisboa, 1981/82, p. 236.

<sup>26</sup> BESSA-LUIS, Agustina — *O Mosteiro*, edição citada, p. 163.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 244.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 242.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 299.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 243.

significava” — comenta o narrador — “cepticismo e sentimento de evasão.”<sup>31</sup>

Ele significa, afinal, que o mito sebástico permitindo, como todo o mito, a aliança do contingente e do eterno, continua a encobrir Portugal, o verdadeiro *Encoberto*.

*O Conquistador*, de Almeida Faria, publicado em 90 assume-se desde o início como uma paródia do mito sebástico. E diga-se em parêntese que *O Mosteiro* não deixa de poder ser lido, também ele, como texto paródico. Logo ao abrir o 2.º capítulo, uma epígrafe de Daniel Defoe avisa: “*In speech an irony, in fact a fiction.*”<sup>32</sup> O romance tem como figura central Sebastião e ora persegue, ora se afasta da figura histórica e mítica do rei, gesto próprio da atitude paródica.

A paródia, como lembra Linda Hutcheon<sup>33</sup>, provocando o elogio e a censura, actua como discurso crítico e reavaliador. O discurso paródico oferece uma visão do passado, dá-lhe um novo contexto, quase sempre irónico, e exige do leitor uma competência que apela à memória. Ao proceder-se à transcontextualização irónica, a imitação transforma-se numa repetição, com distância crítica, o que permite realçar a diferença e não a semelhança.

Com *O Conquistador*, estamos perante um romance de primeira pessoa em que o narrador, Sebastião, num registo algo pícaro, nos conta a história da sua vida, desde o insólito nascimento numa praia, “metido num ovo enorme”<sup>34</sup>, qual Vénus, até ao momento da escrita, o dia do seu vigésimo quarto aniversário. Entretanto, as coincidências entre a personagem e o rei D. Sebastião vão muito para além do nome e manifestam-se quer a nível da caracterização da personagem, quer a nível diegético: nascem na mesma data, no dia do santo do mesmo nome, apenas com quatrocentos anos de diferença (20 de Janeiro de 1554-1954); os pais adoptivos de um e reais de outro têm os mesmos nomes<sup>35</sup>; os traços físicos são idênticos,

---

<sup>31</sup> *Idem*, p. 244.

<sup>32</sup> FARIA, Almeida — *O Conquistador*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990, p. 25.

<sup>33</sup> HUTCHEON, Linda — *Uma Teoria da Paródia*, Lisboa, Edições 70, 1985.

<sup>34</sup> FARIA, Almeida — *O Conquistador*, edição citada, p. 1.

<sup>35</sup> Com a subtilidade de que o pai adoptivo de Sebastião se chama João, como o pai e o avô do rei, mas João de Castro, como D. João de Castro, o primeiro responsável pelo mito sebástico.

inclusivamente nos seis dedos do pé direito<sup>36</sup>; psicologicamente muito os aproxima: a imaginação feroz, a índole introvertida, a atracção pelo desconhecido; e, enfim, dados de diversa ordem, mais ou menos subtis<sup>37</sup>, provocam a intersecção constante da história com minúscula e da História com maiúscula.

O Sebastião de Almeida Faria, embora na aparência seja repetitivo em relação ao mito, em função da colagem procurada entre Sebastião/narrador e Sebastião/rei — repare-se que logo a capa nos oferece um belíssimo retrato do rei por Mário Botas e nos propõe um título ambíguo —, o Sebastião de Almeida Faria é afinal bem subversor em relação ao mito. O novo Sebastião redivivo, que começou por ficar temeroso do seu destino singular, duplo do do outro<sup>38</sup>, a ponto de recear morrer como ele aos 24 anos, e que parece entretanto aceitá-lo com alguma bonomia<sup>39</sup>, revela-se de certa maneira como outra face da mesma moeda.

A ambos move um espírito de conquista, ambos têm uma missão religiosa a cumprir: o rei, impregnado de furor bélico, quis ser “capitão de Cristo”, conquistar África com vista à realização da harmonia universal numa religião única, Sebastião, senhor de um “natural pacifismo”<sup>40</sup>, quer ser “o derradeiro cavaleiro do amor”, dedicar-se a um “apostolado laico, (...) campanha contra a frustração, a tristeza e o desespero nas femininas fileiras”<sup>41</sup>, que levasse ao supremo reino harmonioso do amor. O primeiro não teve êxito, foi um conquistador falhado, e esse seu destino fez dele o

---

<sup>36</sup> Aliás, o próprio narrador/personagem se confrontará com essa semelhança em visita ao Museu de Arte Antiga, perante o célebre retrato do rei por Cristóvão de Morais.

<sup>37</sup> É, por exemplo, o caso do liceu que Sebastião frequenta, o Pedro Nunes que como por acaso tem o nome do mestre do jovem príncipe.

<sup>38</sup> “Este espectáculo criou nos presentes, e ignoro se em meu pai, a convicção de que não seria casual a coincidência de el-rei D. Sebastião e eu termos vindo ao mundo no dia do santo do mesmo nome. Apoiando-se em tais factos, o cavaleiro Alcides de Carvalho pôs a circular a lenda do meu nascimento. Quando cresci e percebi que algo se esperava de mim, preferi, por instinto, fingir que não era nada comigo. Só muito mais tarde comecei a interrogar-me, como agora, quando olho aqui de cima, da Peninha, este mar de janeiro, coberto de tiras de neblina.” (*Idem*, p. 19).

<sup>39</sup> A páginas tantas ele declara: “Uma espécie de paz me faz aceitar quem quer que eu seja, como sou, sem mais.” (*Idem*, p. 20).

<sup>40</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 130.

*Desejado*, o segundo, pelo contrário, subvertendo o pendor bélico e a misoginia do primeiro, e dando cumprimento ao seu nascimento sob o signo venusiano, é um sujeito de desejo, um conquistador de mulheres, deseja e é desejado<sup>42</sup>.

A propósito da relação entre mito e texto literário, Pierre Brunel nota que “D’une manière générale, le texte littéraire aime à ruser avec le mythe, même s’il lui est fortement attaché. La relation de complicité est aussi une relation de duplicité.”<sup>43</sup>

No livro de Agustina Bessa-Luís essa duplicidade constrói-se sobre uma forte ambiguidade relativamente à figura do rei e ao desastre de Alcácer-Quibir, simulando-se ora a destruição do mito, ora a sua continuidade como paradigma através do qual se continua a ler ou a encobrir Portugal. N’*O Mosteiro*, o mito sebástico revela-se uma vez mais na sua secular e confirmada função de actualizador e estruturador do imaginário nacional. A autora não espera ver D. Sebastião romper do nevoeiro que encobre o vale de S. Salvador para “salvar” Portugal da demência que dele se foi apossando, desde a época em que o mosteiro se tornara um asilo de doidos, na década de 50, até aos tempos de hoje em que o odor do dinheiro gerou comportamentos convulsos, demenciais, psicóticos. Mas resistindo à aceitação da derrota de facto, do real insucesso do rei, em favor da ficção do fracasso voluntário, isto é, do fracasso feito sucesso individual, alimenta um mito que inventa um passado, lembra um futuro, ficando este último por inventar.

N’*O Conquistador*, procede-se à desconstrução e ao resgate do mito. D. Sebastião, o *Desejado*, foi objecto de desejo, Sebastião/narrador é, como disse, objecto e sujeito de desejo: “sendo eu a Reencarnação há séculos aguardada, devia dedicar-me em exclusivo àquilo em que o Outro estrondosamente falhara ao manifestar pelo belo sexo uma aversão extraordinária.”<sup>44</sup> Através desta divergência fundamental que Sebastião sintetiza assim no final do livro: “Fiz o que o Outro não fez.”<sup>45</sup> questiona-se e supera-se a narrativa mítica. Esta capacidade de Sebastião de “fazer”, de “agir”, de “se assumir como sujeito” fá-lo não buscar a morte, como fizera

---

<sup>42</sup> V. a este respeito a recensão crítica de MARTELO, Rosa Maria — *O Conquistador. A história, o mito e a História*, «Vértice», n.º 39, Junho de 1991, pp. 103-4.

<sup>43</sup> BRUNEL, Pierre — *Op. cit.*, p. 68.

<sup>44</sup> FARIA, Almeida — *O Conquistador*, edição citada, p. 74.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 133.

o rei, e faculta-lhe exorcizar o mito sebástico de insatisfação e esperança providencial, ultrapassando um aspecto essencial do mito, que ele resume nestas palavras, um “masoquismo colectivo que define bem o fraquinho deste país por tudo o que seja fracasso, amadorismo e misticismo de pacotilha.”<sup>46</sup> Almeida Faria, enfim, tenta não inventar o passado e lembrar o futuro, mas exactamente o contrário, lembrar o passado para inventar o futuro. Tenta, mas o mito não se prolonga através da construção paródica e da sua própria negação?

\*

\* \*

Não estamos perante narrativas de destino que inventar e lembram o *ser* da pátria, isto é, escrevem a pátria como mito — no caso o sebástico —, estilizando-o e/ou perseguindo-o. Inventam o passado, lembram o futuro, recusam o *estar* da pátria. Esta parece situar-se num não lugar, como se lhe faltasse “Chegar Aqui”, para usar o título de um poema de Manuel Alegre, que diz assim:

“E navegámos tanto tempo  
São Gabriel Santa Maria Frol de la Mar  
Não há dúvida temos um passado  
Talvez demais  
Talvez tanto que não deixa lugar para o futuro  
Mas fomos pelo mar chegámos longe  
E agora Portugal o que será de ti  
Se não formos capazes de chegar  
Aqui.”<sup>47</sup>

*Isabel Pires de Lima*

---

<sup>46</sup> *Idem*, p. 108.

<sup>47</sup> ALEGRE, Manuel — *Chegar Aqui*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1984, p. 85.